



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

29 de novembro de 2012



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADISC	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 29/11/2012
Assunto: Infraestrutura escolar		Página: Online



Infraestrutura escolar A Secretaria de Estado da Educação deu, ontem, importante passo para o trabalho das escolas com a criação do *Programa de Manutenção da Infraestrutura Escolar*. O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, assinou o contrato para criação do módulo Manutenção, no SICOP. Com o sistema, os diretores das escolas poderão abrir a solicitação de pequenos reparos necessários para a unidade escolar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Canoinhas.net

Editoria: Educação

Data: 28/11/2012

Assunto: Secretaria lança Programa de Manutenção da Infraestrutura Escolar

Página: Online

Secretaria lança Programa de Manutenção da Infraestrutura Escolar

28/11/2012 19h28



A Secretaria de Estado da Educação avança no Pacto pela Educação e dá importante passo para o trabalho das escolas com a criação do Programa de Manutenção da Infraestrutura Escolar.

O secretário da Educação, Eduardo Deschamps, assinou na manhã desta quarta-feira, 28, o contrato para criação do módulo Manutenção, no *Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas* (SICOP), uma das ações do Programa, que poderá ser usado a partir de 2013. A implantação será feita pelo Deinfra, seguindo o plano de trabalho formulado pela Secretaria de Estado da Educação (SED).

"O SICOP já conta com o módulo Obras, porém nem todas as necessidades de uma escola se caracterizam como manutenção do edifício construído. Por isso, surgiu a necessidade de criar o Módulo Manutenção, que engloba os serviços de pequenos reparos", explica o diretor de Infraestrutura da SED, Sergio Boebel. Com o sistema, cada diretor poderá abrir a solicitação de manutenção que será analisada pela Secretaria do Desenvolvimento Regional (SDR), por meio da Gered, para liberação do processo de manutenção. "Todo o trabalho será coordenado e monitorado pela SED, desde a solicitação até a solução do problema", afirma Boebel.

O trabalho de manutenção será feito por empresas previamente selecionadas por meio de licitação. A SDR irá licitar uma planilha com ata de registro de preço de todos os serviços, que inclui elétrico, hidráulico, civil, vidraçaria, limpeza de caixa d'água e fossa, entre outros. Uma única empresa será a responsável por todos os serviços, e cabe à SDR analisar a necessidade de dividir a licitação por lotes. A partir daí, a empresa está apta para efetuar o serviço necessário para manutenção escolar solicitado pelo diretor. "Se não fizermos a manutenção o problema se agrava rapidamente e, conseqüentemente, precisará de reforma o que tem um custo bem mais alto e maior transtorno dentro da escola", comenta o diretor de Infraestrutura.

Para a diretora de Tecnologia e Informação, Karen Lippi de Oliveira, a recorrência da manutenção poderá propiciar outras ações na unidade escolar. "Se uma escola cadastrar seguidamente um mesmo serviço, pelo sistema será possível analisar e corrigir definitivamente o problema. Se for quebra de vidro, por exemplo, pode ser vandalismo, o que requer conscientização na comunidade. Se for manutenção constante no forro, pode ser problema na cobertura. Se for roubo, é preciso trabalhar alinhado com o projeto Escola Segura", explica.

Com o Programa de Manutenção da Infraestrutura Escolar a SED espera solucionar rapidamente problemas estruturais e permitir que as unidades escolares não sofram com as ações do tempo. "Precisamos estar com as escolas em dia para aumentar a qualidade do ensino catarinense", finaliza o secretário Deschamps.

Secretaria de Estado da Educação



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jaraguá AM	Editoria: Educação	Data: 29/11/2012
Assunto: Secretaria lança Programa de Manutenção da Infraestrutura Escolar		Página: Online

Secretaria lança Programa de Manutenção da Infraestrutura Escolar

Data: 28/11/2012 15:34A-A+

A Secretaria de Estado da Educação avança no Pacto pela Educação e dá importante passo para o trabalho das escolas com a criação do Programa de Manutenção da Infraestrutura Escolar. O secretário da Educação, Eduardo Deschamps, assinou na manhã desta quarta-feira, 28, o contrato para criação do módulo Manutenção, no *Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas* (SICOP), uma das ações do Programa, que poderá ser usado a partir de 2013. A implantação será feita pelo Deinfra, seguindo o plano de trabalho formulado pela Secretaria de Estado da Educação (SED).

"O SICOP já conta com o módulo Obras, porém nem todas as necessidades de uma escola se caracterizam como manutenção do edifício construído. Por isso, surgiu a necessidade de criar o Módulo Manutenção, que engloba os serviços de pequenos reparos", explica o diretor de Infraestrutura da SED, Sergio Boebel. Com o sistema, cada diretor poderá abrir a solicitação de manutenção que será analisada pela Secretaria do Desenvolvimento Regional (SDR), por meio da Gered, para liberação do processo de manutenção. "Todo o trabalho será coordenado e monitorado pela SED, desde a solicitação até a solução do problema", afirma Boebel.

O trabalho de manutenção será feito por empresas previamente selecionadas por meio de licitação. A SDR irá licitar uma planilha com ata de registro de preço de todos os serviços, que inclui elétrico, hidráulico, civil, vidraçaria, limpeza de caixa d'água e fossa, entre outros. Uma única empresa será a responsável por todos os serviços, e cabe à SDR analisar a necessidade de dividir a licitação por lotes. A partir daí, a empresa está apta para efetuar o serviço necessário para manutenção escolar solicitado pelo diretor. "Se não fizermos a manutenção o problema se agrava rapidamente e, conseqüentemente, precisará de reforma o que tem um custo bem mais alto e maior transtorno dentro da escola", comenta o diretor de Infraestrutura.

Para a diretora de Tecnologia e Informação, Karen Lippi de Oliveira, a recorrência da manutenção poderá propiciar outras ações na unidade escolar. "Se uma escola cadastrar seguidamente um mesmo serviço, pelo sistema será possível analisar e corrigir definitivamente o problema. Se for quebra de vidro, por exemplo, pode ser vandalismo, o que requer conscientização na comunidade. Se for manutenção constante no forro, pode ser problema na cobertura. Se for roubo, é preciso trabalhar alinhado com o projeto Escola Segura", explica.

Com o Programa de Manutenção da Infraestrutura Escolar a SED espera solucionar rapidamente problemas estruturais e permitir que as unidades escolares não sofram com as ações do tempo. "Precisamos estar com as escolas em dia para aumentar a qualidade do ensino catarinense", finaliza o secretário Deschamps.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Cezar Miranda	Editoria: Educação	Data: 29/11/2012
Assunto: Secretaria lança Programa de Manutenção da Infraestrutura Escolar		Página: Online

Secretaria lança Programa de Manutenção da Infraestrutura Escolar

A Secretaria de Estado da Educação avança no Pacto pela Educação e dá importante passo para o trabalho das escolas com a criação do Programa de Manutenção da Infraestrutura Escolar. O secretário da Educação, Eduardo Deschamps, assinou na manhã desta quarta-feira, 28, o contrato para criação do módulo Manutenção, no Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP), uma das ações do Programa, que poderá ser usado a partir de 2013. A implantação será feita pelo Deinfra, seguindo o plano de trabalho formulado pela Secretaria de Estado da Educação (SED).

“O SICOP já conta com o módulo Obras, porém nem todas as necessidades de uma escola se caracterizam como manutenção do edifício construído. Por isso, surgiu a necessidade de criar o Módulo Manutenção, que engloba os serviços de pequenos reparos”, explica o diretor de Infraestrutura da SED, Sergio Boebel. Com o sistema, cada diretor poderá abrir a solicitação de manutenção que será analisada pela Secretaria do Desenvolvimento Regional (SDR), por meio da Gered, para liberação do processo de manutenção. “Todo o trabalho será coordenado e monitorado pela SED, desde a solicitação até a solução do problema”, afirma Boebel.

O trabalho de manutenção será feito por empresas previamente selecionadas por meio de licitação. A SDR irá licitar uma planilha com ata de registro de preço de todos os serviços, que inclui elétrico, hidráulico, civil, vidraçaria, limpeza de caixa d’água e fossa, entre outros. Uma única empresa será a responsável por todos os serviços, e cabe à SDR analisar a necessidade de dividir a licitação por lotes. A partir daí, a empresa está apta para efetuar o serviço necessário para manutenção escolar solicitado pelo diretor. “Se não fizermos a manutenção o problema se agrava rapidamente e, conseqüentemente, precisará de reforma o que tem um custo bem mais alto e maior transtorno dentro da escola”, comenta o diretor de Infraestrutura.

Para a diretora de Tecnologia e Informação, Karen Lippi de Oliveira, a recorrência da manutenção poderá propiciar outras ações na unidade escolar. “Se uma escola cadastrar seguidamente um mesmo serviço, pelo sistema será possível analisar e corrigir definitivamente o problema. Se for quebra de vidro, por exemplo, pode ser vandalismo, o que requer conscientização na comunidade. Se for manutenção constante no forro, pode ser problema na cobertura. Se for roubo, é preciso trabalhar alinhado com o projeto Escola Segura”, explica.

Com o Programa de Manutenção da Infraestrutura Escolar a SED espera solucionar rapidamente problemas estruturais e permitir que as unidades escolares não sofram com as ações do tempo. “Precisamos estar com as escolas em dia para aumentar a qualidade do ensino catarinense”, finaliza o secretário Deschamps.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Super Condá	Editoria: Educação	Data: 29/11/2012
Assunto: Assinado contrato do módulo Manutenção no SICOP		Página: Online

Assinado contrato do módulo Manutenção no SICOP

Notícia postada em 29/11

O secretário da Educação, Eduardo Deschamps, assinou nesta quarta-feira, o contrato para criação do módulo Manutenção, no Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas - SICOP, uma das ações do Programa de Manutenção da Infraestrutura Escolar, seguindo o plano de trabalho formulado pela Secretaria de Estado da Educação.

O trabalho de manutenção será feito por empresas previamente selecionadas por meio de licitação.

A Secretaria Regional irá licitar uma planilha com ata de registro de preço de todos os serviços, que inclui elétrico, hidráulico, civil, vidraçaria, limpeza de caixa d'água e fossa, entre outros.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: SDR - Caçador

Editoria: Notícias

Data: 29/11/2012

Assunto: Reabertura de matrículas em Caçador

Página: Online



- Institucional**
- ▶ [Página Principal](#)
 - ▶ [Organograma](#)
 - ▶ [Municípios](#)

- Na SDR de Caçador**
- ▶ [Estrutura](#)
 - ▶ [Conselheiros](#)
 - ▶ [Notícias](#)
 - ▶ [Galeria de Fotos](#)
 - ▶ [Downloads](#)
 - ▶ [Fale Conosco](#)

- Serviços**
- ▶ [Licitações](#)
 - ▶ [Consulta de Processos](#)
 - ▶ [Net Escola](#)
 - ▶ [Horário de Ônibus](#)
 - ▶ [Mapa Interativo](#)

- Links Úteis**
- ▶ [Sites Relacionados](#)
 - ▶ [Empresas Estaduais](#)
 - ▶ [Fundações Estaduais](#)
 - ▶ [Governo Federal](#)

[Página Principal](#) ▶ [Notícias](#)

Notícias

SED comunica reabertura de matrículas em Caçador

Caçador (29/11/2012)

A Secretaria de Estado da Educação informa que crianças que completarem 6 anos até 31 de dezembro de 2013 do município de Caçador, poderão ser matriculadas no Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino. A decisão consta nos autos da Ação Civil Pública/Lei Especial nº 012.12.007395-3, válida para o ano de 2013.

A Secretária de Educação determinou a reabertura das matrículas no período de 10 a 17 de dezembro àquelas crianças que ainda não efetuaram a matrícula e que completam 6 anos até 31 de dezembro de 2013.

Publicado por: Assessoria de Imprensa.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Diário do Leitor

Data: 29/11/2012

Assunto: Mais horas de aula

Página: 17

DIÁRIO CATARINENSE

Mais horas de aula

Sobre a entrevista com Isabel Santana (26/11), em que a entrevistada defende mais horas de aula, concordo. E gostaria de acrescentar que em Florianópolis há uma medida fácil de se implantar pelas escolas e que já aumentaria em pelo menos 10% a carga horária. Basta eliminar a prática de se iniciarem as aulas quase no mês de março e terminá-las em meados de novembro. Como pode uma instituição de ensino querer estar entre as melhores do país se no dia 20 de novembro os alunos chegam em casa dizendo que só precisam ir para aula quem ficou de recuperação?

*André Kresch, servidor público federal
Florianópolis*





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Globo	Editoria: Educação	Data: 29/11/2012
Assunto: Um terço dos jovens sem o ensino médio		Página: Online



UM TERÇO DOS JOVENS SEM O ENSINO MÉDIO

Evasão no Brasil é quase três vezes maior do que a média de 29 países da Europa aponta estudo do IBGE

Uma geração de jovens brasileiros está ficando para trás na Educação - e colocando em risco a própria capacidade produtiva do país no futuro. A Síntese de Indicadores Sociais 2012, divulgada ontem pelo IBGE, mostra que um terço dos jovens de 18 a 24 anos no país não completou o Ensino médio e nem estava frequentando a Escola em 2011. A taxa é quase três vezes maior do que a média de 29 países da Europa. O estudo aponta ainda desigualdades na qualidade das redes pública e privada; e mostra que metade dos adolescentes de 15 a 17 anos não frequenta a Escola na idade certa.

Segundo o IBGE, a taxa de evasão Escolar precoce de jovens de 18 a 24 anos - ou seja, o percentual da população nessa faixa que, além de não ter completado o nível médio, não frequentava a Escola - foi de 43,8% em 2001 para 32,2% em 2011. Entre as mulheres, o percentual é de 26,6%, mas chega a quase 40% no caso dos homens: 37,9%. Numa comparação com 30 países europeus, os percentuais masculino e feminino do Brasil são melhores apenas do que o de Malta. Suíça, por exemplo, tem 5,7% e 6,8% para mulheres e homens, respectivamente.

Além da qualidade da Educação, a força de trabalho no país acaba sendo afetada pela Escolaridade dessa faixa etária, já que se trata da geração que será o trabalhador adulto das próximas décadas, sublinha Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

- Acreditávamos que a taxa de evasão dessa faixa (18 a 24 anos) estaria mais baixa, porque já teria dado tempo para o estímulo ao Ensino médio que o Fundeb trouxe a partir de 2007 fazer efeito - diz Cara. - É preocupante, porque os jovens de hoje serão a força de trabalho adulta em 2040, quando o país será formado majoritariamente de adultos e idosos. Então, garantir uma melhor formação para esses jovens é garantir a própria capacidade produtiva do país. O Brasil ainda não percebeu que está perdendo essa corrida contra o tempo; que aquela ideia de país do futuro vai deixar de existir, porque não teremos mais tantos jovens para isso, e grande parte de jovens que se tornarão adultos e idosos não tem um mínimo de qualificação.

No nível médio, fora da idade certa

O combate à evasão no Ensino médio passaria, em grande medida, não só por ações como aumento de vagas fora do horário noturno, mas por uma reformulação do currículo do Ensino médio.

- Pesquisas mostram que 40% dos que deixam a Escola resolvem sair porque não têm motivação. Eles não enxergam uma Escola que caiba em suas vidas - afirma o Educador Mozart Neves Ramos. - Com a população envelhecendo, não podemos desperdiçar nenhum jovem. As turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) precisam de mais investimento. As indústrias já perceberam que há uma faixa de jovens que não estuda nem trabalha e que não consegue entrar no mercado.

Além da evasão, o Ensino médio enfrenta o fato de que há uma grande parcela de Alunos nesse nível fora da idade certa. Segundo o IBGE, a taxa de frequência líquida (a taxa de jovens frequentando o nível de Ensino na idade adequada) para os adolescentes de 15 a 17 anos em 2011 foi de 51,8% (em 2001, era de 37,3%) - significa que metade deles não frequenta na idade correta, o que também acaba favorecendo a evasão. Segundo Cara, uma das metas do próximo Plano Nacional de Educação (PNE), em análise no Congresso, é que essa taxa fique em 85% em dez anos:

- Se ficarmos no mesmo nível de esforço dos últimos dez anos, porém, daqui a dez anos subiremos cerca de 14 pontos (a diferença de 2001 para 2011) e alcançaremos 65%, não 85%. O nível de esforço desta década vai ter de ser mais que o dobro que o da anterior.

Há dois anos, Dennis Messias, de 21, morador de Maceió, trocou a Escola pelo emprego de pintor e de garçom. Fez até a antiga 5ª série em Escola municipal:

- Escolhi sobreviver.

Hoje, Dennis está desempregado. Não pensa em voltar para a Escola. Pablo Anthony de Almeida, de 16 anos, também desistiu dos estudos, este ano. Fez até o oitavo ano, após uma caminhada de repetências:

- É difícil. Não tenho interesse.

Hans Myller Tenório da Silva, de 24 anos, está casado há seis. Tem um filho de 5 e uma menina que nasce até dezembro. Ele e a mulher, de 20, deixaram os estudos antes do fim do Ensino médio:

- Se pudesse pedir algo para a presidente Dilma, pediria um trabalho urgente, minha filha nasce mês que vem. Crianças abaixo de 4 anos sem Escola



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O acesso ao Ensino superior melhorou, mas ainda há lacunas. Dos jovens pretos e pardos de 18 a 24 anos matriculados no país, o percentual deles no nível superior subiu de 10,2% para 35,8%, mas ele ainda é menor do que o que a população branca tinha em 2001.

- O avanço dos negros nas universidades deve ter algum efeito das cotas, articuladas com o aumento da renda - diz Ana Saboia, coordenadora da pesquisa, lembrando que a distância entre brancos e negros ainda é de dez anos. O IBGE aponta também que a desigualdade na qualidade do Ensino entre as redes pública e privada no Brasil só não é pior, numa lista de 26 países, que as Panamá, Quirguistão e Catar, segundo a avaliação internacional Pisa de 2009. Além disso, o Índice de Desenvolvimento da Educação básica (Ideb) da rede pública em 2011 é pior do que o Ideb da rede privada em 2005, tanto nos anos iniciais do fundamental quanto nos finais e no nível médio. E, na Educação infantil, o IBGE mostra que metade das crianças de 4 anos está fora de Creche ou Pré-Escola; no Chile, 75% delas frequentam instituição de Ensino; no México, 99%.

Só 55% das crianças de quatro anos estão na escola

Apesar do avanço no acesso à Creche no Brasil, o país ainda tem apenas 55,2% de suas crianças de 4 anos matriculadas em algum estabelecimento de Ensino, taxa que é a sexta pior numa comparação com 34 países. No México, a cobertura Escolar nessa faixa etária é de 99% e no Chile, de 75%. A média dos países da OCDE fica em torno de 80%.

Com as crianças fora da rede de Ensino, fica mais difícil a inserção das mulheres no mercado de trabalho, mostrou a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE. Das mães que têm filhos até três anos frequentando Creche, 71,7% estão trabalhando. Se nenhum filho nessa faixa etária está matriculado, a taxa cai para 43,9%. Se algum filho frequenta a Creche, mas não todos os que têm menos de três anos, a participação no mercado de trabalho também é baixa: 43,4%.

Clara Araújo, Professora de pós-graduação em Ciências Sociais da Uerj e pesquisadora das questões de gênero, diz que essa correlação torna evidente a importância da oferta de Creches:

- O trabalho feminino ainda é marcado pela precariedade e informalidade ou em tempo parcial, por causa da responsabilidade única do cuidado com os filhos. Até cresce a participação dos pais na tarefa, mas ainda é uma atividade predominantemente feminina. Se alguém tem que trabalhar menos para cuidar do filho, essa pessoa será a mulher. A proporção de crianças nessa faixa etária alcançadas por Creche ainda é muito pequena.

Entre as crianças de até três anos, 20,8% delas frequentavam instituições de Ensino em 2011, o dobro das 10,6% de 2001. Na faixa etária de quatro a cinco anos, a taxa subiu de 55% para 77,4%.

Jornada dupla

Amanda Teles, de 30 anos, é uma das mulheres fora do mercado de trabalho para cuidar do filho, Vicente, de três anos. Sem dinheiro para colocar o menino numa Creche particular, não tem com quem deixá-lo.

- Minha mãe já cuida de outra neta e seria muito pesado ficar com duas crianças pequenas e o pai dela, doente aos 86 anos. Então, resolvi ficar em casa - afirma ela.

Amanda chegou a procurar Creches públicas em Laranjeiras, onde mora, mas a maioria era para crianças acima de três anos e outras exigiam como critério para matrícula um rendimento familiar mais baixo.

Em 2011, havia 48.642 Creches para 10,5 milhões de crianças até três anos, das quais 20.048 (ou 41,2%) eram privadas e 28.594 (58,7%), públicas.

O levantamento do IBGE também mostra o tempo menor da mulher no trabalho remunerado. Os homens trabalham em média 6,3 horas a mais que as mulheres. Porém, quando se somam os afazeres domésticos, essa jornada feminina é 6,8 horas maior que a dos homens. Enquanto os homens trabalham 52,7 horas por semana, considerando o trabalho remunerado e os afazeres domésticos, as mulheres têm jornada de 58,5 horas.

Para a socióloga Ana Saboia, coordenadora geral da Síntese de Indicadores Sociais, as políticas públicas estão no caminho certo. No programa Brasil Carinhoso, a meta é construir 6 mil Creches até 2014.

Pobreza além da renda

Sem paredes. A casa de Rosana, que mora com a filha Maria Vitória em Teresina, não tem telhado nem paredes completas: "Se chover, fica toda molhada, mas aqui está muito seco"

Efrém Ribeiro

Retratos do Brasil

Rio e Teresina Não é só renda que conta para se ter uma vida digna. Num entendimento mais amplo da pobreza, o IBGE uniu carências sociais às de renda e verificou que 22,4% da população podem ser considerados vulneráveis, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais 2012, divulgada ontem pelo instituto. Acesso a Educação, seguridade social, a domicílio decente e a serviços básicos, além da renda, compõem o indicador de vulnerabilidade calculado pela primeira vez pelo IBGE. Se forem considerados os brasileiros que têm renda suficiente (ou seja, ganham mais do que R\$ 370 por mês), porém sofrem com algum tipo de carência social, chega a 36% a parcela de brasileiros em situação precária. São 66 milhões de brasileiros na população de 184 milhões que vive em domicílio permanente.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Segundo a publicação, "foram selecionado indicadores de carências sociais que identificam elementos mínimos de direito, sem os quais não se pode assegurar que as pessoas possam exercer sua dignidade, segundo o marco jurídico nacional".

- Fizemos uma abordagem de direitos humanos, de direito a uma vida digna, que tenha proteção em caso de doença ou desemprego, uma janela de oportunidade de alcançar uma ocupação mais qualificada com acesso à Educação e condições dignas de habitação - afirmou Barbara Cobo, pesquisadora do instituto.

"mais fácil reduzir pobreza de renda"

O Professor da UnB e especialista em pobreza e desigualdade Marcelo Medeiros, diz que essa forma de medição da pobreza é o caminho do Brasil, que já venceu a fome e deve levar à pobreza extrema a níveis residuais.

- Os números mostram que o acesso a serviços públicos não acompanhou o excelente desempenho da economia. O ideal é que o Estado fosse na frente. Ninguém está ignorando as melhoras que houve, mas poderiam ter sido muito maiores.

A situação melhorou quando se olha para dez anos atrás, segundo a coordenadora geral da Síntese, Ana Saboia. Ela exemplifica com a parcela de 58,4% da população que sofria com pelo menos uma das carências listadas. Há dez anos, a participação desse grupo era de 70,1%:

- Houve uma melhora muito grande nesses indicadores.

Diante do diagnóstico de que a pobreza não se restringe à questão da renda, o Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA/RP) Daniel dos Santos diz que o desafio para reduzi-la é ainda maior:

- É muito mais fácil reduzir pobreza de renda do que lidar com outras carências, como Educação e acesso a serviços públicos, por exemplo. A renda é mais volátil, é mais fácil de subir, uma canetada resolve ao se entregar um cartão para cada um que precise de aumento de renda. Já melhorar a Educação é um processo mais longo e que exige mais perseverança.

O acesso a serviços básicos do domicílio foi a principal carência identificada, um reflexo da baixa cobertura do saneamento básico no Brasil. Da população, 32,2% não têm acesso a serviços como saneamento adequado, água encanada, lixo coletado ou luz elétrica. Em 2001, eram 40,9% da população.

O atraso educacional melhorou na década estudada. Baixou de 39,3% para 31,2%. O acesso à seguridade social, com a formalização do mercado de trabalho e a ampliação dos programas sociais, ai,emtpi, mas ainda não é realidade para 21,3% da população. Em 2001, eram 36,4%.

Na fragilidade de renda, são 29,8% contra 30,2% uma década antes. Com esses indicadores, o IBGE constatou que apenas 34,2% da população podem ser considerados não vulneráveis.

A casa de Rosana Dias, de 24 anos, no povoado Árvores Verde, na zona rural de Teresina, é como na canção de Vinícius de Moraes: não tem paredes completas, não tem telhado, não tem nada.

Seu marido, o pedreiro Alexandre Vieira Cardoso, ganha uma média de R\$ 700 por mês, mas não tem emprego formal. O casal tem uma filha, Maria Vitória, de cinco meses, e uma casa praticamente aberta porque as paredes de taipa (argila) não estão completas e o sol e a chuva entram pelos dois únicos cômodos. O único eletrodoméstico na casa é um geladeira velha.

A família não tem fogão (os alimentos são preparados num fogareiro improvisado de tijolos no chão), nem televisão.

- Se chover a casa vai ficar toda molhada por causa dos ventos, mas no Piauí está muito seco e não está chovendo - diz Rosana, que estudou até o 3º ano do Ensino fundamental.

Educação brasileira registra avanços na última década

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2012, divulgada pelo IBGE nesta quarta-feira (28), mostrou que, de um modo geral, houve melhorias significativas na educação brasileira, na década 2001 a 2011. Entre as áreas que tiveram os melhores resultados, a educação infantil (0 a 5 anos) foi um dos destaques, com o percentual de crianças na escola subindo de 25,8% para 40,7%. Já a escolarização de crianças de 6 a 14 anos está praticamente universalizada, alcançando 98,2% em 2011.

Entre os adolescentes com idades de 15 a 17 anos, 83,7% frequentavam a rede de ensino em 2011, percentual um pouco maior se comparado a 2001 (81%). Mesmo assim, apenas 51,6% deles estavam na série adequada para a idade. O avanço na taxa de frequência desses jovens ao ensino médio foi mais significativo entre os que pertencem às famílias com menores rendimentos (de 13,0%, em 2001, para 36,8%, em 2011) e entre os pretos e pardos (de 24,4% para 45,3%).

Já a proporção de jovens estudantes (18 a 24 anos) que cursavam o nível superior cresceu de 27,0% para 51,3%, entre 2001 e 2011, sendo que, entre os estudantes pretos ou pardos nessa faixa etária, a proporção cresceu de 10,2% para 35,8%.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Vestibular e Educação	Data: 29/11/12
Assunto: Escolas rurais têm resultados até 50% mais baixos que média brasileira		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

ESCOLAS RURAIS TÊM RESULTADOS ATÉ 50% MAIS BAIXOS QUE MÉDIA BRASILEIRA

Considerando apenas as escolas em áreas rurais, apenas 6% dos alunos participantes da Prova Brasil atingiram o aprendizado esperado

Dados da Prova Brasil 2011 divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) neste mês mostram que, nas Escolas rurais, a porcentagem de Alunos do 5º e do 9º ano do Ensino fundamental que apresentaram ter aprendido o adequado em matemática e português é cerca de metade da média brasileira. Em matemática no 9º ano, por exemplo, 12% dos Alunos brasileiros participantes da Prova Brasil atingiram o aprendizado esperado. Porém, considerando apenas as Escolas em áreas rurais, essa porcentagem cai para 6%. Veja abaixo tabela comparando a quantidade de estudantes matriculados nas Escolas rurais que conseguiram um desempenho adequado ou acima da expectativa, e o número total de Alunos das Escolas públicas brasileiras que realizaram a prova do Ministério da Educação em novembro de 2011.

Falta de suporte

Os dados sobre as Escolas rurais foram levantados pelo coordenador de projetos da Fundação Lemann, Ernesto Martins Faria. Segundo ele, atualmente as crianças e adolescentes que vivem e estudam na zona rural do país não recebem a atenção e o suporte que os demais Alunos. Participaram da Prova Brasil 2011 mais de 370 mil Alunos de mais de 7 mil Escolas rurais com turmas do 5º ano e quase 5 mil Escolas com Alunos no 9º ano do fundamental--segundo o Censo Escolar, o Brasil tem cerca de 900 mil estudantes matriculados em mais de 69 mil instituições nessas duas séries fora da zona urbana.

Segundo Faria, o resultado das Escolas que participam da Prova Brasil podem ser muito diferentes das instituições que ficaram de fora --por causa da logística, o Inep só aplica a Prova Brasil em Escolas com turmas do 5º ou 9º ano com mais de 20 Alunos. Na zona rural, não é incomum encontrar pequenos casebres, ou até carteiras em um espaço a céu aberto, que serve de instituição de Ensino para um punhado de crianças da região. Em Vilhena (RO), por exemplo, Alunos que cursam séries diferentes dividem a mesma sala de aula.

As Escolas rurais que ficam de fora da avaliação do Inep acabam excluídas também do



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

debate na sociedade e das cobranças de melhoria na Educação. Para o economista da Fundação Lemann, a falta de dados é um empecilho para as políticas públicas na área. "Sabemos pouco sobre o aprendizado dos Alunos que estudam nas Escolas rurais. E quando vemos que o fato de várias delas serem muito pequenas torna inviável a avaliação externa em todas, cabe a reflexão se, além de pouco avaliadas, essas Escolas não podem estar sendo pouco acompanhadas e recebendo pouco suporte", afirmou Faria ao G1.

Segundo o presidente do Inep, Luiz Cláudio Costa, não é só a logística de chegar a Escolas muito pequenas e distantes da zona urbana que impede a universalização da Prova Brasil. A própria metodologia do exame é feita para avaliar o aprendizado de turmas de no mínimo 20 Alunos. A prova é elaborada em blocos de questões que são divididos entre os Alunos. Portanto, os estudantes de uma mesma turma recebem provas diferentes, e o resultado final mostra a avaliação da turma em relação ao conjunto total das questões. É por isso que a Prova Brasil tem resultados por Escola, mas a nota de cada Aluno não é divulgada. Costa afirma, porém, que a exclusão das Escolas rurais com menos de 20 Alunos por turma da Prova Brasil não as deixa órfãs de avaliação. Segundo ele, essas Escolas são monitoradas por meio de relatórios e acompanhamento individual. Em 2012, o MEC lançou o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que tem como objetivo promover gestão e práticas pedagógicas, formação de Professores, Educação de jovens e adultos e Educação profissional e tecnológica. Entre as ações do Pronacampo divulgadas neste mês está a distribuição, em 2013, de computadores portáteis a 50 mil estudantes de 4.890 Escolas rurais de pequeno porte, além da entrega de computadores interativos em mais de 30 mil Escolas rurais com turmas de mais de 20 Alunos. Os municípios têm até o dia 30 de novembro para manifestar interesse em participar do programa.

Aprendizado 100% insuficiente

Pelas informações que já foram coletadas das Escolas com mais de 20 Alunos em cada nível, alguns resultados chamam a atenção. Por exemplo, nas 50 turmas de 5º e 9º ano de 33 Escolas, 100% dos estudantes que fizeram a prova tiveram um desempenho considerado insuficiente em português e/ou matemática. Segundo os indicadores dos especialistas, isso quer dizer que eles não tiveram quase nenhum aprendizado. Dessas 50, 41 pertencem à rede municipal e nove são da rede estadual de Ensino. Além disso, 16 delas estão no Maranhão, 11 no Amazonas, sete na Bahia e seis no Pará. Roraima tem três instituições com esse diagnóstico, Tocantins tem duas e Alagoas, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Piauí completam a lista com uma cada.

Bons exemplos

Por outro lado, alguns estados chamam a atenção pela maneira como têm conseguido dar o apoio necessário para que as Escolas rurais sigam evoluindo. O Ceará é um deles. No ranking das 100 turmas que tiveram maior porcentagem de Alunos com nível de aprendizado adequado, 29 estão em Escolas cearenses. Minas Gerais é onde ficam 21 delas. Faria destaca o município de Pedra Branca (CE) entre os casos de sucesso.